

## **Aula 15**

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo  
Estratégico de Noções de Direito  
Constitucional - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:  
**Tulio Lages**

14 de Agosto de 2025

## Índice

1) Roteiro de Revisão - Poder Legislativo .....	3
2) Questões Estratégicas - Poder Legislativo - Instituto AOC - Médio .....	18
3) Questionário de Revisão - Poder Legislativo .....	22
4) Referências Bibliográficas .....	25



## ROTEIRO DE REVISÃO E PONTOS DO ASSUNTO QUE MERECEM DESTAQUE

A ideia desta seção é apresentar um roteiro para que você realize uma revisão completa do assunto e, ao mesmo tempo, destacar aspectos do conteúdo que merecem atenção.

Ler e reler os arts. 44 a 58 da CF, buscando a sua memorização paulatina, atentando-se especialmente para os pontos e orientações a seguir:

### Congresso Nacional: atribuições, Câmara dos Deputados e Senado Federal (arts. 44 a 52 da CF/88)

- Funções típicas do Poder Legislativo: **legislar e fiscalizar**.
- Funções atípicas do Poder Legislativo: **administrar a julgar**.

*CF/88, art. 44. O Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal.*

*Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.*

- Poder Legislativo Federal: bicameral – Câmara dos Deputados e Senado Federal, que compõem o Congresso Nacional (CF, art. 44, caput).
- Poder Legislativo estadual: unicameral – Assembleia Legislativa.
- Poder Legislativo distrital: unicameral – Câmara Legislativa do DF.
- Poder Legislativo municipal: unicameral – Câmara Municipal.
- Duração da legislatura = 4 anos (art. 44, parágrafo único).

*CF/88, art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.*

*§ 1º O número total de Deputados, bem como a representação por Estado e pelo Distrito Federal, será estabelecido por lei complementar, proporcionalmente à população, procedendo-se aos ajustes necessários, no ano anterior às eleições, para que nenhuma daquelas unidades da Federação tenha menos de oito ou mais de setenta Deputados.*

*§ 2º Cada Território elegerá quatro Deputados.*

*Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.*

*§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.*

*§ 2º A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.*



*§ 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.*

- A Câmara dos Deputados é composta por representantes do povo (art. 45, caput), enquanto, o Senado, por representantes dos Estados e do DF (art. 46, caput).
- Os deputados são eleitos pelo sistema proporcional (art. 45, caput), enquanto, os senadores, princípio majoritário (art. 46, caput).
- O número de deputados federais é proporcional à população (e não ao número de eleitores) dos Estados e do DF, segundo estabelecido em Lei Complementar, mas não poderá ser menor que 8 ou mais de 70 para cada uma daquelas unidades federativas (art. 45, § 1º). Por outro lado, o número de deputados federais eleitos pelos Territórios é fixo e igual a 4 (art. 45, § 2º). O número de senadores também é fixo e igual a 3 para cada Estado/DF (art. 46, § 1º).
- O mandato dos deputados federais é de quatro anos, enquanto o dos senadores é de oito anos (art. 46, § 1º).
- Não há representantes dos municípios na Câmara dos Deputados, mas somente dos Estados, DF e Territórios (art. 45, caput).

*CF/88, art. 47. Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e de suas Comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros.*

- As deliberações, em regra, são tomadas por maioria relativa, ou seja, maioria dos votos, estando presente a maioria absoluta dos membros. Essa regra só não se aplica aos casos dispostos de forma contrária na CF. Além disso, é válida tanto para as deliberações de cada Casa, como também para as de suas Comissões.

*CF/88, art. 48. Cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, não exigida esta para o especificado nos arts. 49, 51 e 52, dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre:*

- I - sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas;*
- II - plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado;*
- III - fixação e modificação do efetivo das Forças Armadas;*
- IV - planos e programas nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento;*
- V - limites do território nacional, espaço aéreo e marítimo e bens do domínio da União;*
- VI - incorporação, subdivisão ou desmembramento de áreas de Territórios ou Estados, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas;*
- VII - transferência temporária da sede do Governo Federal;*
- VIII - concessão de anistia;*
- IX - organização administrativa, judiciária, do Ministério Público e da Defensoria Pública da União e dos Territórios e organização judiciária e do Ministério Público do Distrito Federal;*
- X - criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, observado o que estabelece o art. 84, VI, b ;*



*XI - criação e extinção de Ministérios e órgãos da administração pública;*  
*XII - telecomunicações e radiodifusão;*  
*XIII - matéria financeira, cambial e monetária, instituições financeiras e suas operações;*  
*XIV - moeda, seus limites de emissão, e montante da dívida mobiliária federal.*  
*XV - fixação do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, observado o que dispõem os arts. 39, § 4º; 150, II; 153, III; e 153, § 2º, I.*

- O artigo trata das atribuições do Congresso Nacional que dependem de sanção do Presidente da República (*caput*), ou seja, se manifestam pela edição de leis.

- A criação, transformação e extinção de cargos públicos depende de lei (inciso X), mas a extinção de cargos públicos vagos pode ser feita mediante decreto autônomo (art. 84, VI, "b").

- A iniciativa de lei que fixa o subsídio dos Ministros do STF (inciso XV) é do próprio STF (art. 96, II, "b").

## Competência exclusiva do Congresso Nacional (art. 49 da CF/88)

*CF/88, art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*

*I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional;*

*II - autorizar o Presidente da República a declarar guerra, a celebrar a paz, a permitir que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente, ressalvados os casos previstos em lei complementar;*

*III - autorizar o Presidente e o Vice-Presidente da República a se ausentarem do País, quando a ausência exceder a quinze dias;*

*IV - aprovar o estado de defesa e a intervenção federal, autorizar o estado de sítio, ou suspender qualquer uma dessas medidas;*

*V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;*

*VI - mudar temporariamente sua sede;*

*VII - fixar idêntico subsídio para os Deputados Federais e os Senadores, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;*

*VIII - fixar os subsídios do Presidente e do Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado, observado o que dispõem os arts. 37, XI, 39, § 4º, 150, II, 153, III, e 153, § 2º, I;*

*IX - julgar anualmente as contas prestadas pelo Presidente da República e apreciar os relatórios sobre a execução dos planos de governo;*

*X - fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta;*

*XI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa dos outros Poderes;*

*XII - apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão;*

*XIII - escolher dois terços dos membros do Tribunal de Contas da União;*

*XIV - aprovar iniciativas do Poder Executivo referentes a atividades nucleares;*

*XV - autorizar referendo e convocar plebiscito;*



*XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;*

*XVII - aprovar, previamente, a alienação ou concessão de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares.*

*XVIII - decretar o estado de calamidade pública de âmbito nacional previsto nos arts. 167-B, 167-C, 167-D, 167-E, 167-F e 167-G desta Constituição.*

- O artigo trata das atribuições do Congresso Nacional que dispensam a sanção do Presidente da República, se manifestando pela edição de decreto legislativo.
- Os tratados e convenções internacionais são celebrados pelo Presidente da República (art. 84, inciso VIII) cabendo ao Congresso Nacional posteriormente referendá-los e aprova-los (inciso I).
- Se o Presidente ou Vice-Presidente da República se ausentarem do país por mais de quinze dias, sem a autorização do Congresso Nacional prevista no inciso III, podem perder o cargo (art. 83).
- No estado de defesa ou na intervenção, o papel do Congresso é deliberar quanto a sua aprovação (ou seja, é uma atuação posterior à implementação da medida – arts. 36, § 1º e 136, § 4º), enquanto no estado de sítio, o papel do Congresso é deliberar quanto a sua autorização (ou seja, é uma atuação prévia à implementação da medida – art. 137, caput) – inciso IV.
- O Congresso fixa, de forma exclusiva, o subsídio dos deputados federais e senadores, que deve ser idêntico, bem como os subsídios do Presidente da República, Vice-Presidente da República e dos Ministros de Estado (incisos VII e VIII).

## Competência privativa da Câmara dos Deputados (art. 51 da CF/88)

*CF/88, art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados:*

*I - autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado;*

*II - proceder à tomada de contas do Presidente da República, quando não apresentadas ao Congresso Nacional dentro de sessenta dias após a abertura da sessão legislativa;*

*III - elaborar seu regimento interno;*

*IV - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;*

*V - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.*

- O artigo trata das atribuições da Câmara dos Deputados que dispensam a sanção do Presidente da República, se manifestando pela edição de resolução (exceto a iniciativa de lei para fixar a remuneração de seus servidores, que não é exercida por resolução – inciso IV). Com efeito, são atribuições exclusivas, indelegáveis.





- A autorização para a instauração de processo contra Ministro de Estado (inciso I) somente se aplica no caso de crime conexo com o do Presidente da República.

## Competência privativa do Senado Federal (art. 52 da CF/88)

CF/88, art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

I - processar e julgar o Presidente e o Vice-Presidente da República nos crimes de responsabilidade, bem como os Ministros de Estado e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica nos crimes da mesma natureza conexos com aqueles;

II processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade;

III - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição pública, a escolha de:

a) Magistrados, nos casos estabelecidos nesta Constituição;

b) Ministros do Tribunal de Contas da União indicados pelo Presidente da República;

c) Governador de Território;

d) Presidente e diretores do banco central;

e) Procurador-Geral da República;

f) titulares de outros cargos que a lei determinar;

IV - aprovar previamente, por voto secreto, após argüição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente;

V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VI - fixar, por proposta do Presidente da República, limites globais para o montante da dívida consolidada da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo Poder Público federal;

VIII - dispor sobre limites e condições para a concessão de garantia da União em operações de crédito externo e interno;

IX - estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

X - suspender a execução, no todo ou em parte, de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal;

XI - aprovar, por maioria absoluta e por voto secreto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato;

XII - elaborar seu regimento interno;

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

XIV - eleger membros do Conselho da República, nos termos do art. 89, VII.

XV - avaliar periodicamente a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional, em sua estrutura e seus componentes, e o desempenho das administrações tributárias da União, dos Estados e do Distrito Federal e dos Municípios.

Parágrafo único. Nos casos previstos nos incisos I e II, funcionará como Presidente o do Supremo Tribunal Federal, limitando-se a condenação, que somente será proferida por dois terços dos votos do Senado



*Federal, à perda do cargo, com inabilitação, por oito anos, para o exercício de função pública, sem prejuízo das demais sanções judiciais cabíveis.*

- O artigo trata das atribuições do Senado que dispensam a sanção do Presidente da República, se manifestando pela edição de resolução (exceto a iniciativa de lei para fixar a remuneração de seus servidores, que não é exercida por resolução – inciso XIII). Com efeito, são atribuições exclusivas, indelegáveis.
- Os Ministros de Estado são julgados pelo Senado apenas nos crimes de responsabilidade conexos com os do Presidente da República (inciso I). Nos demais crimes, é julgado pelo STF (art. 102, I, “c”).
- A aprovação da escolha das autoridades elencadas no inciso III se dá por voto secreto, após arguição pública, enquanto a das autoridades apontadas no inciso IV se dá também por voto secreto, mas após arguição em sessão secreta.
- O Senado atua bastante em matérias relativas a finanças públicas (incisos V, VI, VII, VIII, IX e XV).

## Convocação de Ministro do Estado (art. 50 da CF/88)

*CF/88, art. 50. A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas Comissões, poderão convocar Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificção adequada.*

*§ 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.*

*§ 2º As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado ou a qualquer das pessoas referidas no caput deste artigo, importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não - atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.*

- Poderão realizar a convocação de Ministro de Estado: Câmara, Senado ou qualquer uma de suas Comissões.
- Poderão ser convocados: Ministro de Estado, quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República ou o Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços.
- O papel dos convocados é prestar, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado.
- A ausência do convocado, sem justificção adequada, importa crime de responsabilidade.





- O Ministro de Estado pode comparecer ao Legislativo (Senado, Câmara ou Comissões), por sua própria iniciativa (ou seja, mesmo sem ser convocado), para expor assunto de relevância de seu Ministério (§ 1º).
- Além de ser convocado para apresentar pessoalmente informações (*caput*), o Ministro de Estado (ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à Presidência da República) pode receber pedidos escritos de informações por parte das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, importando em crime de responsabilidade a) a recusa em prestar as informações, b) o não atendimento no prazo de 30 dias ou c) a prestação de informações falsas (§ 2º).

## Deputados e Senadores – Estatuto dos Congressistas (arts. 53 a 56 da CF/88)

CF/88, art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.

§ 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.

§ 2º Desde a expedição do diploma, os membros do Congresso Nacional não poderão ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável. Nesse caso, os autos serão remetidos dentro de vinte e quatro horas à Casa respectiva, para que, pelo voto da maioria de seus membros, resolva sobre a prisão.)

§ 3º Recebida a denúncia contra o Senador ou Deputado, por crime ocorrido após a diplomação, o Supremo Tribunal Federal dará ciência à Casa respectiva, que, por iniciativa de partido político nela representado e pelo voto da maioria de seus membros, poderá, até a decisão final, sustar o andamento da ação.

§ 4º O pedido de sustação será apreciado pela Casa respectiva no prazo improrrogável de quarenta e cinco dias do seu recebimento pela Mesa Diretora.

§ 5º A sustação do processo suspende a prescrição, enquanto durar o mandato.

§ 6º Os Deputados e Senadores não serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato, nem sobre as pessoas que lhes confiaram ou deles receberam informações.

§ 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

§ 8º As imunidades de Deputados ou Senadores subsistirão durante o estado de sítio, só podendo ser suspensas mediante o voto de dois terços dos membros da Casa respectiva, nos casos de atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional, que sejam incompatíveis com a execução da medida.

Art. 54. Os Deputados e Senadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público, salvo quando o contrato obedecer a cláusulas uniformes;

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:



- a) ser proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público, ou nela exercer função remunerada;
- b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis "ad nutum", nas entidades referidas no inciso I, "a";
- c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, "a";
- d) ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 55. Perderá o mandato o Deputado ou Senador:

- I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;
- II - cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar;
- III - que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, à terça parte das sessões ordinárias da Casa a que pertencer, salvo licença ou missão por esta autorizada;
- IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos;
- V - quando o decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos nesta Constituição;
- VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1º - É incompatível com o decoro parlamentar, além dos casos definidos no regimento interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro do Congresso Nacional ou a percepção de vantagens indevidas.

§ 2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara dos Deputados ou pelo Senado Federal, por maioria absoluta, mediante provocação da respectiva Mesa ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 3º Nos casos previstos nos incisos III a V, a perda será declarada pela Mesa da Casa respectiva, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros, ou de partido político representado no Congresso Nacional, assegurada ampla defesa.

§ 4º A renúncia de parlamentar submetido a processo que vise ou possa levar à perda do mandato, nos termos deste artigo, terá seus efeitos suspensos até as deliberações finais de que tratam os §§ 2º e 3º.

Art. 56. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador:

- I - investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática temporária;
- II - licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

§ 1º O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em funções previstas neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

§ 2º Ocorrendo vaga e não havendo suplente, far-se-á eleição para preenchê-la se faltarem mais de quinze meses para o término do mandato.

§ 3º Na hipótese do inciso I, o Deputado ou Senador poderá optar pela remuneração do mandato.

- As imunidades e vedações previstas nesses dispositivos deve ser enxergadas como **prerrogativas** para o exercício livre e independente do mandato parlamentar, e não como privilégios.

- A imunidade material diz respeito às opiniões, palavras e votos dos congressistas (art. 53, caput), enquanto as imunidades formais dizem respeito à i) impossibilidade de o congressista, como regra, ser preso ou de permanecer preso (art. 53, § 2º) e ii) possibilidade de sustação do andamento da ação penal do congressista (art. 53, §§ 3º a 5º).



- A imunidade material, prevista no art. 53, *caput*, é aplicável quando o parlamentar estiver no exercício da função (deve haver uma conexão entre a manifestação oral do parlamentar e o exercício da função).
- A imunidade formal prevista no art. 53, § 2º, passa a valer desde a expedição do diploma (ou seja, não é da data da posse – a diplomação é anterior, ocorrendo quando a Justiça Eleitoral atesta a eleição do candidato). Essa imunidade vale somente para prisões cautelares, ou seja, o congressista pode ser preso em virtude de sentença judicial transitada em julgado<sup>1</sup>. Além disso, pode ser preso em caso de flagrante delito de crime inafiançável (não é qualquer crime!). Mesmo nesse último caso, a Casa do parlamentar preso em flagrante pode decidir se este deverá permanecer preso ou não, conforme parte final do dispositivo.
- A imunidade formal prevista no art. 53, § 3º é válida para crime ocorrido após a diplomação (ou seja, não é após a posse), não englobando crimes cometidos antes da diplomação (estes, assim, não poderão ter seu andamento susinado). Além disso, o pedido de sustação deve ser feito até a decisão final do STF. Caso haja sustação do processo, ocorre suspensão (e não interrupção) da prescrição, enquanto durar o mandato (ou seja, até o início da próxima legislatura) – art. 53, § 5º.
- A prerrogativa de Foro prevista no art. 53, § 1º, inicia-se a partir da expedição do diploma e abrange somente crimes comuns (e não ações civis), cometidos tanto antes como depois da diplomação (note que somente estes últimos podem ter o andamento do processo suspenso pela Casa do parlamentar, nos termos do art. 53, § 3º). Quando acabar o mandato, o processo é enviado à Justiça Comum.
- Somente no estado de sítio as imunidades dos congressistas poderão ser suspensas, dependendo, mesmo assim, do voto de dois terços dos membros da Casa respectiva e abrangendo, apenas, os atos praticados fora do recinto do Congresso Nacional e que sejam incompatíveis com a execução da medida (art. 53, § 8º).
- Há vedações aplicadas aos Congressistas a partir da expedição do diploma (art. 54, I) e outras a partir da posse (art. 54, II). Se restar constatada infração a qualquer das vedações, o Congressista perderá o mandato (art. 55, I).
- O Congressista afastado para ocupar cargo no Poder Executivo (art. 56, I) tem suspensa suas imunidades parlamentares (material e formal), mas mantém o foro por prerrogativa de função<sup>2</sup> e continua sujeito a procedimento disciplinar perante a Casa respectiva em virtude de quebra de decoro parlamentar<sup>3</sup>.

---

<sup>1</sup> STF – Inq 510-DF.

<sup>2</sup> STF – Inq 105-DF.

<sup>3</sup> STF, MS 25.579/DF.



## Reuniões do Congresso Nacional (art. 57 da CF/88)

CF/88, art. 57. O Congresso Nacional reunir-se-á, anualmente, na Capital Federal, de 2 de fevereiro a 17 de julho e de 1º de agosto a 22 de dezembro.

§ 1º As reuniões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem em sábados, domingos ou feriados.

§ 2º A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação do projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

§ 3º Além de outros casos previstos nesta Constituição, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal reunir-se-ão em sessão conjunta para:

I - inaugurar a sessão legislativa;

II - elaborar o regimento comum e regular a criação de serviços comuns às duas Casas;

III - receber o compromisso do Presidente e do Vice-Presidente da República;

IV - conhecer do veto e sobre ele deliberar.

§ 4º Cada uma das Casas reunir-se-á em sessões preparatórias, a partir de 1º de fevereiro, no primeiro ano da legislatura, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas, para mandato de 2 (dois) anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 5º A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.

§ 6º A convocação extraordinária do Congresso Nacional far-se-á:

I - pelo Presidente do Senado Federal, em caso de decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República;

II - pelo Presidente da República, pelos Presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal ou a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, em caso de urgência ou interesse público relevante, em todas as hipóteses deste inciso com a aprovação da maioria absoluta de cada uma das Casas do Congresso Nacional.

§ 7º Na sessão legislativa extraordinária, o Congresso Nacional somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocado, ressalvada a hipótese do § 8º deste artigo, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

§ 8º Havendo medidas provisórias em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional, serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação.

- Se houver reunião marcada para o dia 2/fev, 17/jul, 1/ago ou 22/dez e a data recair em sábado, domingo ou feriado, a reunião será transferida para o primeiro dia útil subsequente (§ 1º).

- Se o projeto de lei de diretrizes orçamentárias não for aprovado até 17/7, a sessão legislativa não será interrompida – o recesso parlamentar somente será iniciado quando a LDO for aprovada (§ 2º).

- Em regra, o Congresso Nacional atua por meio da manifestação autônoma e separada de Câmara dos Deputados e Senado Federal. Por outro lado, em algumas situações, o Congresso se reúne em sessão conjunta (bicameral) da Câmara e Senado, com deliberação em separado das duas Casas (art. 57, § 3º + art. 166, caput + art. 68, caput). Há ainda, uma (única) hipótese de



sessão unicameral do Congresso – processo de revisão constitucional (emendas de revisão), consoante art. 3º do ADCT.

- No primeiro ano da legislatura (que dura quatro anos, conforme art. 44, parágrafo único), as Casas fazem sessões preparatórias, a partir de 1/fev, para a posse de seus membros e eleição das respectivas Mesas (§ 4º). Como o mandato dos membros das Mesas é de dois anos (§ 4º), antes do início da terceira sessão legislativa ordinária (que ocorre no dia 2/fev do terceiro ano da legislatura), as Casas deverão realizar novamente sessões preparatórias, para eleger a nova Mesa (embora a CF não mencione expressamente essa situação).

- As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal são eleitas pelos respectivos membros, para mandato de 2 anos, sendo vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente (§ 4º). Ou seja, é possível a candidatura, na eleição imediatamente subsequente, de membro da Mesa para cargo diverso do que ocupa atualmente. Além disso, também é possível a candidatura de membro da Mesa, para o mesmo cargo, em eleição ulterior, desde que não seja a imediatamente subsequente.

No âmbito estadual, o STF entende que “(i) a eleição dos membros das Mesas das Assembleias Legislativas estaduais **deve observar o limite de uma única reeleição ou recondução**, limite cuja observância **independe de os mandatos consecutivos referirem-se à mesma legislatura**; (ii) a vedação à reeleição ou recondução **aplica-se somente para o mesmo cargo** da mesa diretora, não impedindo que membro da mesa anterior se mantenha no órgão de direção, desde que em cargo distinto”<sup>4</sup>.

- **A Mesa do Congresso Nacional não é eleita:** é presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos são exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal (§ 5º). Ou seja, como o Presidente do Senado é o Presidente da Mesa do Congresso Nacional, o próximo cargo na hierarquia, que é o de 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, será ocupado pelo 1º Vice-Presidente da Mesa da Câmara dos Deputados. O próximo cargo na hierarquia, que é o de 2º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Nacional, será ocupado pelo 2º Vice-Presidente da Mesa do Senado Federal. E assim por diante.

- Na constituição das Mesas é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa (art. 58, § 1º).

- Hipóteses de convocação extraordinária do Congresso Nacional – ou seja, que ocorrem durante os recessos parlamentares (§§ 6º e 7º): no caso previsto no § 6º, I (decretação de estado de defesa ou de intervenção federal, de pedido de autorização para a decretação de estado de

---

<sup>4</sup> STF - ADI 6703.





sítio e para o compromisso e a posse do Presidente e do Vice-Presidente da República), a convocação ocorre por ato unilateral do Presidente do Senado.

Já no caso previsto no § 6º, II (urgência ou interesse público relevante), a convocação pode ser feita i) pelo Presidente da República, ou ii) pelo Presidente do Senado e da Câmara (juntos), ou iii) a requerimento da maioria dos membros de ambas as Casas, devendo a convocação ser aprovada pela aprovação da maioria absoluta das Casas do Congresso Nacional.

Em qualquer caso de convocação extraordinária, o Congresso só pode deliberar sobre a matéria para a qual foi convocado (§ 7º), exceto se houver medidas provisórias em vigor, que deverão ser automaticamente incluídas na pauta da convocação (§ 8º).

Por fim, é vedado o pagamento de parcela indenizatória em razão da convocação extraordinária (§ 7º).

## Comissões parlamentares (art. 58 da CF/88)

*CF/88, art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.*

*§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.*

*§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:*

*I - discutir e votar projeto de lei que dispensar, na forma do regimento, a competência do Plenário, salvo se houver recurso de um décimo dos membros da Casa;*

*II - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;*

*III - convocar Ministros de Estado para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;*

*IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;*

*V - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;*

*VI - apreciar programas de obras, planos nacionais, regionais e setoriais de desenvolvimento e sobre eles emitir parecer.*

*§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.*

*§ 4º Durante o recesso, haverá uma Comissão representativa do Congresso Nacional, eleita por suas Casas na última sessão ordinária do período legislativo, com atribuições definidas no regimento comum, cuja composição reproduzirá, quanto possível, a proporcionalidade da representação partidária.*

- Podem existir comissões permanentes e temporárias (*caput*).





- No caso previsto no § 2º, I, o regimento interno da Casa, pode prever casos em que a Comissão pode aprovar diretamente um projeto de lei, sem que haja necessidade de que este seja apreciado pelo Plenário (procedimento legislativo abreviado), salvo se houver recurso de 1/10 dos membros da Casa.
- O caso previsto no inciso III do § 2º guarda relação com o previsto no art. 50, *caput*.
- No recesso parlamentar, atuará uma Comissão Representativa do Congresso Nacional, com atribuições definidas no regimento comum (§ 4º).
- Se busca uma representação proporcional dos partidos na constituição das Comissões (1º), inclusive na da Comissão Representativa do Congresso Nacional (§ 4º).

### Comissões Parlamentares de Inquérito (art. 58, § 3º, da CF/88)

- As CPIs exercem a típica função de fiscalização por parte do Poder Legislativo.
- As CPIs não julgam, não acusam e não promovem responsabilidade de ninguém, mas sim investigam fatos e, se for o caso, encaminham suas conclusões para o Ministério Público para que este promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.
- Pode haver CPI da Câmara dos Deputados (formada somente por deputados federais), CPI do Senado (formada somente por senadores) e CPI mista (formada por deputados e senadores).
- Requisitos para constituição de uma CPI:
  - a) requerimento de 1/3 dos membros da Casa Legislativa;
  - b) indicação de fato determinado a ser investigado (não se admite a criação de CPIs para investigações genéricas); e
  - c) fixação de prazo certo para os trabalhos da CPI (o que não impede sucessivas prorrogações de seu prazo na mesma legislatura – ou seja, o final da legislatura encerra todas as CPIs vigentes).
- Os poderes de investigação das CPIs são próprios das autoridades judiciais, mas há certas competências que são próprias e exclusivas do Poder Judiciário. Assim, as CPIs têm competência para:

#### a) convocar particulares e autoridades públicas para depor.

- membros do Judiciário, todavia, não estão obrigados a se apresentar perante a CPI para prestar depoimento sobre sua função jurisdicional.



- a convocação deve ser feita pessoalmente (não pode ser por via postal ou comunicação telefônica)<sup>5</sup>.
- uma vez convocadas, as testemunhas são obrigadas a comparecer, podendo inclusive, se cabível, ser requisitada força policial para realizar condução coercitiva. Já os investigados não podem ser conduzidos coercitivamente.
- os depoentes (sejam testemunhas ou indiciados) devem ter seus direitos constitucionais preservados (direito ao silêncio, ao sigilo profissional, de assistência por advogado, de indenização por danos morais e à imagem etc.), mas não possuem o direito ao contraditório (os trabalhos da CPI possuem caráter meramente inquisitório).
- o indiciado ou a testemunha tem o direito ao silêncio e de não produzir prova contra si mesma, podendo deixar de responder às perguntas que lhe forem dirigidas<sup>6</sup>.
- caso o depoente se utilize da assistência de um advogado, este, nas reuniões da CPI, poderá “comunicar-se, pessoal e diretamente, com o seu cliente (sem, no entanto, poder substituí-lo, como é óbvio, no depoimento, que constitui ato personalíssimo), para adverti-lo de que lhe assiste o direito de permanecer em silêncio, fundado no privilégio jurídico contra a auto-incriminação, ou o de opor-se a qualquer ato arbitrário ou abusivo cometido, contra o seu cliente”. Poderá ainda “reclamar, verbalmente ou por escrito, perante qualquer (...) autoridade, contra a inobservância de preceito de lei, regulamento ou regimento”<sup>7</sup>.

**b) realizar perícias e exames necessários à dilação probatória, bem como requerer documentos e busca de todos os meios de prova legalmente admitidos<sup>8</sup>.**

**c) determinar a quebra dos sigilos bancário, fiscal e telefônico do investigado.**

- Qualquer medida restritiva de direitos determinada pela CPI (como as quebras de sigilo mencionadas) deve ser fundamentada e determinada pela maioria de seus membros (ou seja, não pode o Presidente da CPI, sozinho, determinar tais medidas restritivas de direitos)<sup>9</sup>.
- As CPIs estaduais também podem determinar a quebra de sigilo bancário, o mesmo não valendo para as CPIs municipais<sup>10</sup>.

Por outro lado, as CPIs não têm competência para:

---

<sup>5</sup> STF – HC 71.421.

<sup>6</sup> STF – HC 94.082-MC/RS.

<sup>7</sup> STF – MS 23.576/DF.

<sup>8</sup> STF – HC 71.039/RJ.

<sup>9</sup> STF – MS 23.669-MC.

<sup>10</sup> STF – ACO 730/RJ.



- a) decretar prisões, exceto em flagrante delito<sup>11</sup>.
- b) determinar a aplicação de medidas cautelares (como indisponibilidade de bens, arrestos etc.).
- c) proibir ou restringir a assistência jurídica aos investigados.
- d) determinar a anulação de atos do Poder Executivo.
- e) determinar a quebra do sigilo judicial<sup>12</sup>.
- f) determinar a interceptação telefônica.
- g) determinar a busca e apreensão domiciliar de documentos.
- h) apreciar atos de natureza jurisdicional.
- i) convocar o Chefe do Poder Executivo (veja que o art. 50 da CF não insere tal autoridade dentre aquelas que poderão ser convocadas).

---

<sup>11</sup> STF – HC 71279 RS.

<sup>12</sup> STF – MS 27483 DF.



## QUESTÕES ESTRATÉGICAS

Nesta seção, apresentamos e comentamos uma amostra de questões objetivas selecionadas estrategicamente: são questões com nível de dificuldade semelhante ao que você deve esperar para a sua prova e que, em conjunto, abordam os principais pontos do assunto.

A ideia, aqui, não é que você fixe o conteúdo por meio de uma bateria extensa de questões, mas que você faça uma boa revisão global do assunto a partir de, relativamente, poucas questões.



1. (Instituto AOCP/2024/CBM-PE/Soldado) No que concerne ao Poder Legislativo, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) O Senado Federal compõe-se de representantes do povo, eleitos pelo sistema proporcional para mandato de oito anos.

( ) Na vigência do mandato, os membros do Congresso Nacional não podem ser responsabilizados por atos estranhos ao exercício de suas funções.

( ) As medidas provisórias terão sua votação iniciada no Senado Federal.

( ) A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.

a) V – F – V – F.

b) V – V – F – V.

c) F – F – F – V.

d) F – V – F – V.

e) F – F – V – F.

### Comentários

1ª afirmativa - **falsa**. Conforme *caput* do artigo 46 da Constituição Federal, o Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio



majoritário, para mandato de oito anos. Ademais, segundo o caput do artigo 45, a Câmara dos Deputados é composta de representantes do povo.

*Art. 45. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo, eleitos, pelo sistema proporcional, em cada Estado, em cada Território e no Distrito Federal.*

(...)

*Art. 46. O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio majoritário.*

*§ 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.*

2ª afirmativa - **falsa**. A imunidade descrita na afirmativa diz respeito ao Presidente da República, conforme § 4º, artigo 86 da Constituição Federal. Ademais, a imunidade dos membros do Congresso Nacional diz respeito às opiniões, palavras e votos, além da impossibilidade de o congressista, como regra, ser preso ou de permanecer preso.

*Art. 86, § 4º O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções.*

3ª afirmativa - **falsa**. Conforme § 8º, artigo 62 da Constituição Federal, as medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados, e não no Senado Federal.

*Art. 62, § 8º As medidas provisórias terão sua votação iniciada na Câmara dos Deputados.*

4ª afirmativa - **verdadeira**. Conforme § 7º, artigo 53 da Constituição Federal.

*Art. 53, § 7º A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de prévia licença da Casa respectiva.*

**Gabarito: Letra C.**

2. (Instituto AOCP/2024/DPE-MS/Agente de Serviços Gerais) De acordo com o que dispõe a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 sobre o Poder Legislativo e o processo legislativo, assinale a alternativa correta.

a) Cada Senador será eleito com três suplentes.



- b) Cada estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- c) Cada legislatura terá a duração de cinco anos.
- d) Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Superior Tribunal de Justiça.
- e) A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente da Câmara dos Deputados.

### Comentários

Letra A - **incorreta**. Segundo o § 3º, artigo 46 da Constituição Federal, cada Senador será eleito com dois suplentes, não três.

*Art. 46, § 3º Cada Senador será eleito com dois suplentes.*

Letra B - **correta**. Conforme § 1º, artigo 46 da Constituição Federal.

*Art. 46, § 1º Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.*

Letra C - **incorreta**. Com base no parágrafo único, artigo 44 da Constituição Federal, cada legislatura terá a duração de quatro anos, e não cinco.

*Art. 44, Parágrafo único. Cada legislatura terá a duração de quatro anos.*

Letra D - **incorreta**. Conforme § 1º, artigo 53 da Constituição Federal, desde a expedição do diploma, os Deputados e Senadores serão julgados pelo Supremo Tribunal Federal, não pelo Superior Tribunal de Justiça.

*Art. 53, § 1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.*

Letra E - **incorreta**. A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, não da Câmara dos Deputados, conforme § 5º, artigo 57 da Constituição Federal.

*Art. 57, § 5º A Mesa do Congresso Nacional será presidida pelo Presidente do Senado Federal, e os demais cargos serão exercidos, alternadamente, pelos ocupantes de cargos equivalentes na Câmara dos Deputados e no Senado Federal.*

**Gabarito: Letra B.**





3. (Instituto AOCF/2022/FUNDASE-RN/Agente Socioeducativo) De acordo com a Constituição Federal, a competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar é exclusiva

- a) do Congresso Nacional.
- b) do Senado Federal.
- c) da Câmara dos Deputados.
- d) do Superior Tribunal de Justiça.
- e) do Supremo Tribunal Federal.

### Comentários

A alternativa correta é a letra A, pois conforme o inciso V do artigo 49 da Constituição Federal, a competência para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar é exclusiva do Congresso Nacional.

*Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:*

*(...)*

*V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;*

**Gabarito: Letra A.**



## QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

### Perguntas

1. O Congresso Nacional é composto por quais órgãos?
2. Qual a duração de uma legislatura?
3. Quantos deputados federais são eleitos em cada Estado e no DF? E nos Territórios?
4. Quantos senadores são eleitos em cada Estado e no DF? E nos Territórios?
5. Com quantos suplentes será eleito um senador?
6. Considere que o Ministro da Fazenda entenda relevante prestar informações aos parlamentares da Câmara acerca de um anteprojeto de reforma tributária. Qual expediente constitucional ele poderia adotar para atingir seu objetivo?
7. A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de qual condição?
8. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse quantos dias?
9. O que ocorre se houver medidas provisória em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional?
10. Qual o quórum de iniciativa para se dar início a uma Comissão Parlamentar de Inquérito?

### Perguntas com respostas

1. O Congresso Nacional é composto por quais órgãos?

Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 44 da CF).

2. Qual a duração de uma legislatura?

Cada legislatura terá a duração de quatro anos (art. 44, parágrafo único, da CF).



### 3. Quantos deputados federais são eleitos em cada Estado e no DF? E nos Territórios?

No Estado e no DF, o número de deputados federais eleitos é proporcional à população, sendo que nenhuma dessas unidades da Federação terá menos de 8 ou mais de 70 deputados, devendo, para isso, proceder-se aos ajustes necessários no ano anterior às eleições, caso necessário (CF, art. 45, § 1º).

Esse número de deputados federais por Estado/DF, bem como o número total de deputados federais, é estabelecido por lei complementar (CF, art. 45, § 1º).

Por sua vez, os Territórios elegem 4 deputados federais (CF, art. 45, § 2º).

### 4. Quantos senadores são eleitos em cada Estado e no DF? E nos Territórios?

Cada Estado e o DF elegem 3 senadores, independentemente do tamanho de sua população (CF, art. 46, § 1º).

Por sua vez, os Territórios não elegem senadores.

### 5. Com quantos suplentes será eleito um senador?

Dois suplentes (art. 46, § 3º, da CF).

### 6. Considere que o Ministro da Fazenda entenda relevante prestar informações aos parlamentares da Câmara acerca de um anteprojeto de reforma tributária. Qual expediente constitucional ele poderia adotar para atingir seu objetivo?

Ele poderia comparecer ao Parlamento por sua própria iniciativa, mediante entendimentos com a Mesa da Câmara, conforme art. 50, § 1º da CF:

*Art. 50, § 1º Os Ministros de Estado poderão comparecer ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, ou a qualquer de suas Comissões, por sua iniciativa e mediante entendimentos com a Mesa respectiva, para expor assunto de relevância de seu Ministério.*

### 7. A incorporação às Forças Armadas de Deputados e Senadores, embora militares e ainda que em tempo de guerra, dependerá de qual condição?

Dependerá de prévia licença da Casa respectiva (art. 53, § 7º, da CF).

### 8. Não perderá o mandato o Deputado ou Senador licenciado pela respectiva Casa por motivo de doença, ou para tratar, sem remuneração, de interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse quantos dias?



Cento e vinte dias por sessão legislativa (art. 56, II, da CF).

**9. O que ocorre se houver medidas provisória em vigor na data de convocação extraordinária do Congresso Nacional?**

Serão elas automaticamente incluídas na pauta da convocação (art. 57, § 8º, da CF).

**10. Qual o quórum de iniciativa para se dar início a uma Comissão Parlamentar de Inquérito?**

Um terço dos membros da Casa Legislativa (art. 58, § 3º, da CF).

...



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRINO, Marcelo. DIAS, Frederico. PAULO, Vicente. Aulas de direito constitucional para concursos. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: MÉTODO, 2013.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal (STF). A Constituição e o Supremo. 5. ed. Brasília: STF, Secretaria de Documentação, 2016.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Manual de Direito Administrativo. 30. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo. 29. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

FURTADO, Lucas Rocha. Curso de direito administrativo. 5. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

JUSTEN FILHO, Marçal. Curso de direito administrativo. 10. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LIMA, Gustavo Augusto F. de. Agências reguladoras e o poder normativo. 1. ed. São Paulo: Baraúna, 2013.

LENZA, Pedro. Direito Constitucional Esquematizado. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito administrativo brasileiro. 40. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.



# ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.